



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR  
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO TÉCNICO

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº30879420240057-003613

**1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**

**a) Unidade descentralizadora e responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizadora: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA - 308794  
Nome da autoridade competente: FERNANDA MACHIAVELI MORÃO DE OLIVEIRA  
Número do CPF: 296.xxx.xxx-03  
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade responsável pela execução do objeto do TED: Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados - SEORG - 313765

**b) UG SIAFI**

Número e nome da unidade gestora - UG que descentralizará o crédito: 490002 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar  
Número e nome da unidade gestora - UG responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 490002 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

**2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**

**a) Unidade Descentralizada e Responsável**

Número e nome da unidade gestora - UG que descentralizará o crédito: 315 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ  
Nome da autoridade competente: MÁRIO SANTOS MOREIRA  
Número do CPF: 764.xxx.xxx-15  
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:GEREB/PSTA

**b) UG SIAFI**

Número e nome da unidade gestora - UG que receberá o crédito: 254420 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ  
Número e nome da unidade gestora - UG responsável pela execução do objeto do TED: 254420 / PSAT - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

**3. OBJETO:**

Apoiar ações de mobilização e participação social, junto aos 27 (vinte e sete) territórios, envolvendo as temáticas do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura Familiar e da Promoção a Saúde.

**4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:**

Meta 1: Identificação e articulação dos (as) sujeitos (as) e organizações sociais nos 27 (vinte e sete) territórios, envolvidos com a Agricultura familiar e a Promoção da Saúde  
Atividade 1.1 - Mapear e Articular lideranças, grupos e coletivos envolvidos com a temática da agricultura familiar e promoção da saúde; Atividade 1.2 - Elaborar material educativo para estimular e contribuir com a discussão sobre desenvolvimento agrário, agricultura familiar e promoção da saúde; e Atividade 1.3 - Realizar oficinas/seminários e/ou reuniões nos territórios sobre os temas estratégicos que envolve a agricultura Familiar e a Promoção da Saúde.

Meta 2: Informação e comunicação social e mídia para ações de mobilização, participação social e incidência política relacionadas com a Agricultura Familiar e a Promoção da Saúde para as 27 unidades da federação. Atividade 2.1 - Produzir materiais de informação pedagógico/acadêmicos sobre Agricultura Familiar, Desenvolvimento Territorial e Promoção da Saúde; Atividade 2.2 – Produzir materiais de informação para comunicação social e mídia em Agricultura Familiar, Desenvolvimento Territorial e Promoção da Saúde.

**5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:**

A Fundação Oswaldo Cruz – Gerência Regional de Brasília (Fiocruz Brasília/GEREB) é uma Fundação que incorpora pesquisadores das mais diversas formações comprometidas com a implementação das políticas públicas estratégicas do Ministério da Saúde (MS) e do Governo Federal.

Dentre a estrutura organizativa da instituição, o Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT) atua no desenvolvimento de ações Plano de Trabalho - TRANSFEREGOV 4479430 SEI 25027.000387/2024-11 / pg. 1 estruturantes e dinamizadoras da promoção da saúde, relacionadas ao campo da saúde ambiental e da saúde do(a) trabalhador(a) e também em estratégias de apoio à cooperação técnica para o desenvolvimento institucional, relacionados à Promoção da Saúde, Vigilância em Saúde Ambiental, Políticas de Equidade, Política Nacional Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em Saúde, na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) e na consequência do desenvolvimento de políticas públicas de saúde e principalmente articulação com outros Ministérios, bem como em outros poderes da União como o Legislativo e o Judiciário.

O PSAT da Fiocruz Brasília, tem como objetivo atuar no desenvolvimento de ações estruturantes e dinamizadoras da promoção da saúde, relacionadas ao campo da saúde ambiental e da saúde do trabalhador. E como missão: produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias aos temas que envolvem Saúde, Ambiente e Trabalho, e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais.

Por outro lado, a Fiocruz, dialoga com a implementação e as ações destacadas nas políticas públicas em saúde, dentre elas: a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS); a Política Nacional de Vigilância em Saúde; a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT); a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCA); a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN); a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS); dentre outras. Importante registrar que estas políticas foram consolidadas por meio da Portaria de Consolidação nº 02 de 28 de setembro de 2017.

É importante destacar que a Vigilância em Saúde Ambiental aborda um conjunto de ações e serviços que propiciam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de recomendar e

adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou agravos à saúde. Assim, como a Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora a promoção da saúde, prevenção da morbimortalidade e redução de riscos e vulnerabilidades, por meio da integração de ações que intervenham nas doenças e agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento, de processos produtivos e de trabalho.

Atualmente, a vigilância vem desenvolvendo conceitualmente o que é Vigilância Popular em Saúde (VPS), sendo um conhecimento contemporâneo, tendo como objetivo a garantia da qualidade da informação para os processos de tomada de decisão, por meio de forma dialogada possibilitando a troca de saberes trazendo para centralidade o cuidado com as pessoas, com o ambiente, o cuidado com a vida. Busca o exercício prático da saúde, compreendida como “a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime” (coletivo de saúde do MST), que carrega a dimensão política do exercício da liberdade e da cidadania.

Dessa maneira, o trabalho da VPS do campo se faz contínuo, inspira que cada território olhe para as suas fragilidades, potencialidades e desafios, numa perspectiva emancipatória e busque contribuir na construção de territórios mais saudáveis e sustentáveis.

Com relação a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), destacamos que esta tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas 3 (três) esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando à promoção e a proteção da saúde dos(as) trabalhadores(as) e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

Além das políticas já mencionadas acima, ressalto a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCA) que, (...) foi construída com o propósito de promover a saúde e a equidade, relacionadas ao desenvolvimento humano e à qualidade de vida destas populações. Para isso, ela prioriza a melhoria na saúde decorrente da implementação de políticas intersetoriais, que se baseiam na geração de emprego e renda, no acesso à terra, no provimento de saneamento, na construção de habitações, na defesa da soberania e da segurança alimentar e nutricional, na educação, na cultura, no lazer e no transporte digno. (FENNER et al., 2018, p.27).

A promoção da saúde, ambiente e trabalho é fundamental na agricultura familiar, uma vez que esses 3 (três) aspectos estão interligados e devem ser considerados em conjunto para garantir a sustentabilidade da atividade agrícola. A saúde é um tema importante na agricultura familiar, pois a produção de alimentos é destinada ao consumo local e regional. A adoção de práticas agroecológicas, como a utilização de insumos naturais e a diversificação de cultivos, sendo fundamental para a garantia da qualidade dos alimentos produzidos e reduzir o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e outras substâncias químicas que podem ser prejudiciais à saúde.

A relação entre ambiente e agricultura familiar é fundamental para garantir a sustentabilidade da atividade agrícola. A agricultura familiar depende diretamente dos recursos naturais, como a água, o solo, o ar e a biodiversidade, por isso, a proteção e conservação desses recursos são essenciais. A adoção de práticas agroecológicas, como a conservação do solo contribui para a proteção e conservação dos recursos naturais, além de contribuir para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e a perda da biodiversidade, além do enfrentamento da crise hídrica.

A agroecologia é uma abordagem que valoriza a diversidade e a interação entre os sistemas ecológicos, culturais e econômicos da agricultura familiar. Ela se baseia em práticas agroecológicas que garantem a produção de alimentos saudáveis e a conservação dos recursos naturais, e tem sido adotada por muitos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas no Brasil.

Os movimentos sociais são importantes na promoção da agricultura familiar, da agroecologia e da saúde. Eles têm atuado para garantir a proteção dos direitos dos (as) trabalhadores (as) rurais, a preservação dos recursos naturais e a promoção da soberania alimentar. Esses movimentos sociais têm pressionado os governos a adotarem políticas públicas que valorizem a agricultura familiar, a agroecologia e o SUS, contribuindo para a construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável.

Nesse sentido, o presente projeto se propõe a realizar ações de mobilização e participação social, as quais se darão a partir das discussões sobre 5 (cinco) eixos temáticos:

- I. Agricultura Familiar e Agroecologia;
- II. Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial;
- III. Soberania e Abastecimento Alimentar;
- IV. Cultura e Educação do Campo; e
- V. Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho na Agricultura Familiar.

## 6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- Sim  
 Não

## 7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.  
 Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.  
 Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

## 8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- Sim  
 Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. DOA - R\$ 369.004,38
2. ISS - R\$ 92.111,62

## 9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Identificação e articulação dos (as) sujeitos (as) e organizações sociais nos 27 (vinte e sete) territórios,	Relatório técnico Material Educativo	1		R\$ 3.547.255,00	01/12/2024	28/05/2027
		Oficinas/Seminários/Reuniões	1				

	envolvidos com a Agricultura familiar e a Promoção da Saúde						
PRODUTO	Relatório técnico contendo o mapeamento das lideranças, grupos e coletivos envolvidos com a temática da agricultura familiar e promoção da saúde; Material Educativo produzido para contribuir com as discussões sobre a temática do projeto; e Oficinas/Seminários/Reuniões realizadas.	Relatório técnico Material Educativo Oficinas/Seminários/Reuniões	1 1 1	R\$ 438.155,00 R\$ 471.500,00 R\$ 2.637.600,00	R\$ 438.155,00 R\$ 471.500,00 R\$ 2.637.600,00	01/12/2024	28/05/2027
META 2	Informação e comunicação social e mídia para ações de mobilização, participação social e incidência política relacionadas com a Agricultura Familiar e a Promoção da Saúde para as 27 unidades da federação.	Material informativo Material de comunicação	1 1		R\$ 1.058.326,00	01/12/2024	28/05/2027
PRODUTO	Materiais de informação pedagógico/acadêmicos produzidos com a temática do projeto; e Materiais de informação para comunicação social e mídia em Agricultura Familiar, Desenvolvimento Territorial	Material informativo Material de comunicação	1 1	R\$ 529.163,00 R\$ 529.163,00	R\$ 529.163,00 R\$ 529.163,00	01/12/2024	28/05/2027

**10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

MÊS/ANO:	VALOR
dez/2024	R\$ 1.200.000,00
abr/2025	R\$ 2.405.581,00
jun/2026	R\$ 500.000,00
mar/2027	R\$ 500.000,00

**11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD**

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	SIM	R\$ 461.116,00s
33.90.39	NÃO	R\$ 4.144.465,00

**12. PROPOSIÇÃO**

Rio de Janeiro, Maio de 2026

**MÁRIO SANTOS MOREIRA**  
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz

**13. APROVAÇÃO**

Brasília, Maio de 2026

**FERNANDA MACHIAVELI**  
Ministra de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar



Documento assinado eletronicamente por **MARIO SANTOS MOREIRA, Usuário Externo**, em 08/05/2026, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira, Ministro(a) de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, em 18/05/2026, às 23:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **52459425** e o código CRC **D7F94437**.